

**“DECIFRA-ME OU TE DEVORO!” ENSAIO SOBRE A ANÁLISE ONTOLÓGICA
MARXIANA DA IDEOLOGIA**

**“ME DESCIFRA O VOY A DEVORARTE” ENSAYO ACERCA DEL ANÁLISIS
ONTOLÓGICA MARXIANA DE LA IDEOLOGÍA**

**“DECIPHER ME OR I’LL DEVOUR YOU!” ESSAY ON THE MARXIAN
ONTOLOGIC ANALYSIS OF IDEOLOGY**

Rafael Rossi¹

Resumo: Este artigo trata da questão da ideologia na sua abordagem tendo por base a perspectiva ontológica marxiana. A partir dos levantamentos e análises bibliográficas realizadas no campo do marxismo, empreendemos uma análise deste conceito problematizando-o em sua articulação com a discussão das contribuições de pensadores que se debruçaram sobre as potencialidades analíticas e ontológicas do pensamento de Marx. Nesse aspecto investimos na argumentação sobre a perspectiva ontológica marxiana enquanto instrumental teórico e de intervenção na compreensão e transformação das desigualdades estruturais do capital. Dessa forma, esperamos contribuir com um debate necessário e metodologicamente indispensável.

Palavras-chave: Ideologia; Ontologia Marxiana; Marxismo.

Resumen: Este artículo se ocupa de la cuestión de la ideología en su enfoque desde la perspectiva ontológica marxista. De las encuestas y análisis bibliográficos en el campo del marxismo, se realizó un análisis de este concepto interrogarlo en relación con su análisis de las aportaciones de pensadores que han estudiado las contribuciones ontológicas del pensamiento de Marx. En este sentido, hemos investido en discutir sobre la perspectiva ontológica marxista como herramienta teórica y de intervención en la comprensión y la transformación de las desigualdades estructurales del capital. Por lo tanto, esperamos contribuir a un debate metodológico necesario e indispensable.

Palabras clave: Ideología; Ontología Marxiana; Educación; Marxismo.

Abstract: This article deals with the issue of ideology in its approach from the marxian ontological perspective. From the surveys and bibliographic analyzes in the field of marxism, we undertook an analysis of this concept questioning him in connection with his discussion of the contributions of thinkers who have studied the ontological contributions of Marx's thought. In this respect we have invested in arguing about the marxian ontological perspective as theoretical tools and intervention in understanding and transforming the structural inequalities of the capital. Thus, we hope to contribute to a necessary and indispensable methodological debate.

Key words: Ideology; Marxian Ontology; Marxism.

Introdução

Nosso texto é fruto dos levantamentos bibliográficos e análises que a pesquisa de doutorado em Educação desenvolvida na UNESP/FCT de Presidente Prudente – SP: “Educação Popular e Educação do Campo: Análise a partir do Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária no curso Pedagogia da Terra em São Carlos – SP” tem nos permitido vislumbrar e compreender. Inicialmente nosso contato com o conceito de ideologia (o doutorado em Educação se desenvolveu nos anos de 2013 a 2015) se deu permeado por discussões junto a militantes de movimentos sociais camponeses e insistíamos numa abordagem que apenas mais tarde se tornara mais clara: a perspectiva gnosiológica que, como se sabe, trata

da problemática do conhecimento, inclusive, possuindo uma ontologia que, todavia, está implícita ou explicitamente negada (TONET, 2013). Ao final de nossa tese, passamos a apreender uma outra compreensão, mais ampla e de extrema relevância em nossa formação: a perspectiva ontológica. A ontologia, de modo geral, se relaciona às questões mais gerais e essenciais do ser, diz respeito, desse modo, à consideração do próprio objeto em sua captura pelo pensamento, porém com a prioridade na própria objetividade (TONET, 2013).

A própria discussão sobre ideologia no campo marxista não é recente e suscita sempre seu aprofundamento e ampliação, com o indispensável respeito às diversas proposições neste campo teórico. A classe trabalhadora, de modo geral, deve investir numa empreitada todos os seus esforços na constituição de sua ideologia de classe rumo à conquista da hegemonia? A ciência está isolada da ideologia? Ideologia sempre é algo imbuído de uma perspectiva e conotação negativa? Essas e outras questões são importantes para nos atentarmos no campo da reflexão pedagógica que se faz na contemporaneidade com relação à educação não somente no viés de interpretação dos conteúdos e propostas apresentados, mas também no que concerne à ratificação do vínculo histórico e ontológico das condições materiais e o momento ideal que orienta a ação prática.

Inúmeros e diversos são os caminhos de abordar essa problemática, porém é relevante retomar alguns pontos da discussão sobre o conceito de ideologia numa perspectiva a partir das contribuições da ontologia marxiana. Este é um recurso analítico imprescindível para compreender tanto a concepção ampla quanto a restrita de ideologia e não confundirmos sempre este conceito com a questão de “falsa consciência” como comumente se utiliza nas abordagens dos mais diversos autores sobre o tema, pois: “seria ilusória a tentativa de explicar a ideologia meramente pelo rótulo de “falsa consciência”, pois o que define a ideologia como ideologia não é seu alegado desafio à “razão”, nem sua divergência em relação às normas preconcebidas de um “discurso científico” imaginário, mas sua situação real em um determinado tipo de sociedade” (MÉSZÁROS, 2008, p. 08). É muito usual no campo marxista a maioria dos autores entenderem ideologia como “falsa consciência” e essa relação aparece na sua dimensão mais superficial associada à “*A Ideologia Alemã*” escrita em 1845-1846 por Marx e Engels. Todavia, como bem demonstra Vaisman (1996), nesta obra há a denúncia marxiana da inversão de tipo ontológica realizada pela filosofia alemã, ou seja, uma inversão na relação entre ser e pensar e, dessa forma, os autores direcionam sua crítica aos neohegelianos e não a toda ideologia em geral, é isto que a autora chama de sentido onto-crítico de ideologia que se configura enquanto “designativo próprio à inversão ontológica entre ser e consciência”, ou seja, “crítica ontológica da especulatividade” (VAISMAN, 1996, p. 241).

Dessa forma, para atendermos o objetivo de explicitar as contribuições para a discussão de ideologia a partir de autores que se debruçam no estudo da perspectiva ontológica presente na obra de Marx, dividiremos nosso texto em mais duas partes. Num primeiro momento apresentamos nossas contribuições a partir da perspectiva ontológica de ideologia e suas potencialidades para pensarmos este conceito para além das tão afamadas dicotomias entre “falso e verdadeiro” e, em um segundo momento, apresentamos nossas considerações finais a respeito deste tema tão importante ao marxismo e à luta do proletariado e dos demais trabalhadores para além das amarras e “castrações” do capital, isto é, na sua luta pela efetiva emancipação humana.

Ideologia: Uma questão aberta e necessária

De saída, é importante asseverar que não comungamos do posicionamento político (e porque não dizer ideológico!) de que tudo é ideologia. Como nos esclarece Eagleton (1997):

Germinal: Marxismo e Educação em Debate, Salvador, v. 8, n. 2, p. 66-74, dez. 2016.

ISSN: 2175-5604

Qualquer palavra que abranja tudo perde o seu valor e degenera em um som vazio. Para que um termo tenha significado, é preciso que se possa especificar o que, em determinadas circunstâncias, seria considerado o outro dele - o que não significa, necessariamente, especificar algo que seja sempre e em qualquer parte o outro dele. (EAGLETON, 1997, p.21, grifo nosso.)

É tendo este alerta traçado por Eagleton (1997) que esboçamos nosso ensaio sobre ideologia. Sendo assim, para iniciar nosso debate vale considerar, como aponta Chauí (1980) que a primeira vez que o termo ideologia fora usado se deu em 1801 no livro de Destutt de Tracy em sua obra *Eléments d'Idéologie* (Elementos de Ideologia). O objetivo de Destutt era elaborar uma ciência da origem das ideias, considerando-as enquanto fenômenos naturais em articulação com o corpo humano, propondo contra a educação religiosa de princípio metafísico, o ensino das ciências físicas e químicas para formar a capacidade de observar e recompor fatos. Dessa forma, embora o grupo de Destutt tenha tentado realizar uma análise científica das ideologias, foram justamente chamados de ideólogos por Napoleão, enquanto especuladores, entrando o termo, dessa forma, no linguajar comum e corrente. Iasi avança na consideração desta categoria no interior do pensamento marxista lembrando importante fato de que:

Qual seria o motivo de esses revolucionários, não apenas Lenin e Gramsci, mas também de Trotski, Rosa e outros, manter a utilização de “ideologia proletária” em contraste com a conceituação de Marx? Com certeza os problemas da Segunda Internacional e a polarização desses revolucionários com as ideias de reformismo pode ter precipitado a necessidade de uma distinção clara das ideias próprias dos trabalhadores, mas por que chama-las de “ideologia”? [...] A resposta parece ser mais simples do que imaginamos. Apesar de terem escrito os manuscritos daquilo que seria *A ideologia alemã* por volta de 1845 e 1846, esse trabalho de Marx e Engels só foi publicado muitos anos depois do período no qual Gramsci, Lenin e outros escreveram seus estudos. **A ideologia alemã só foi publicada pelo Instituto de Marxismo-Leninismo de Moscou no ano de 1932, assim mesmo incompleta, pois a primeira parte encontrava-se desaparecida. A publicação na íntegra aconteceu em 1962 e 1966, a tradução para o inglês e para o alemão surgiu apenas em 1968 e 1969. No Brasil, nunca chegou a ser publicada integralmente, contando apenas com a versão portuguesa.** (IASI, 2011, p. 83, grifos nossos)

Iasi (2011) realiza um importante alerta que, contudo, não inviabiliza as proposições de cunho ontológico realizadas na análise da categoria ideologia como operadas por Lukács e Mészáros, por exemplo, pois estes dois autores tiveram contato com “*A Ideologia Alemã*”. Com efeito, para Iasi, caso a ideologia se constituísse apenas em um conjunto de valores e ideias impostas de maneira coercitiva e pelos meios de disseminação de conhecimento, dentre eles a educação, bastaria contrapor uma educação revolucionária. Contudo, o autor não despreza a importância da luta no plano teórico das ideias em desenvolver uma pedagogia inovadora, mas chama a atenção para a transformação no plano prático e material (IASI, 2011). Entretanto, defendemos que o embate no plano das ideias é de suma relevância para a autoemancipação da classe trabalhadora, contudo, não somente este viés deve ser estimulado. É na prática que o conhecimento tem de provar sua validade como Marx já nos alertara e também é na prática que trabalhadores e trabalhadoras devem construir as bases de uma nova sociedade a partir das experiências que efetuam e que se contrapõem ao desenvolvimento contraditório e desigual do capitalismo. Isto, todavia, não quer dizer que o ponto de vista da classe trabalhadora seja neutro, mas tão somente que ele pode alcançar a categoria da totalidade pela mediação que historicamente faz com que se constitua em classe.

Para clarear essa questão – para além da abordagem gnosiológica - trazemos as contribuições de Vaisman (1996); Lukács (2012 a; 2012 b) e Mészáros (2008 e 2012). Esses autores apresentam argumentos e reflexões de suma relevância para não distorcemos a análise marxiana e compreender em sentido amplo a ideologia em uma concepção eminentemente materialista e não apartada da história ou da mundaneidade terrenal. Não temos pretensão de abordar todos os elementos presentes nas referências supracitadas, mas

tão somente, reconhecer nelas perspectivas essenciais para a compreensão de cunho ontológico da categoria ideologia.

Vaisman (1996) esclarece – na esteira de Lukács – que o ser social é um ser unitário e que e seus aspectos decisivos, em suas posições teleológicas, não há uma separação rígida e intransponível entre as esferas que o constituem. Tanto no trabalho, como em outras esferas do complexo do ser social, há uma tomada de decisão perante alternativas implicando a existência de um momento ideal, uma prévia ideação. Há, na práxis da objetivação primária (trabalho), uma inseparável unidade entre causalidade e teleologia, já que o conhecimento adequado para se atingir os fins determinados e presentes nos pores teleológicos exige o conhecimento objetivo – mesmo que não absoluto – sobre os processos que se irá atuar e, assim, “o fato de que a posição teleológica, formulada na consciência (momento ideal), preceda a realização material, não leva, portanto, do ponto de vista ontológico, à existência de dois atos autônomos: um material e outro ideal” e, com isso, “em termos analíticos eles podem ser considerados separadamente, mas em termos ontológicos eles só adquirem o seu verdadeiro ser apenas enquanto componentes do complexo concreto representando pelo trabalho” (VAISMAN, 1996, p. 102). Esta é uma linha de raciocínio que explicita o *principium movens* do ato do trabalho, baseado “na tensão dialética entre teleologia e causalidade, entre as representações da consciência que fixa os seus objetivos e a realidade indelimitável das cadeias causais” (TERTULIAN, 2010, p. 394).

Com efeito, é preciso se atentar para a similaridade e diferenciação dos pores teleológicos – de acordo com Lukács –, pois o que os aproxima, em um primeiro momento, é que em todos eles há uma tomada de decisões perante alternativas. Contudo, o que os distingue é que enquanto os pores teleológicos primários atuam sobre a natureza (trabalho); os pores teleológicos secundários atuam sobre outros homens, ou seja, se encontram na práxis social “*extra-laborativa*” e, ainda, o grau de incerteza que se passa nesses pores é maior do que aqueles inerentes ao processo do trabalho. Deste modo, a “ideologia, em qualquer uma das suas formas, funciona como o momento ideal que antecede o desencadeamento da ação, nas posições teleológicas secundárias” (VAISMAN, 1996, p. 107). Por isso que:

A concepção lukácsiana da ideologia tem como ponto de apoio fundamental a noção de homem como um ser prático, característica primordial do ser social posta já no ato do trabalho, na posição teleológica e no desenvolvimento de causalidades que o envolvem. Ontologicamente, essa noção implica que este ser prático age a partir de decisões entre alternativas; ser que, não sendo abstratamente independente das necessidades que a história lhe coloca, reage a essas necessidades empregando produtos espirituais que são constituídos, de forma não linear, em função dessas mesmas necessidades. (VAISMAN, 1996, p. 107)

Todavia é sempre importante destacar que as ideias – em seu complexo – não possuem uma “vida autônoma”, mas sim, estão presentes no processo contraditório e dialético de constituição do ser social. Interagem, com isso, na maneira conforme os homens produzem e reproduzem sua vida material e espiritual, sendo este momento ideal que se volta à prática social os pores teleológicos secundários em sua função ideológica.

Vaisman (1996) continua sua explicação apontando o sentido amplo e restrito da ideologia. Na concepção ampla temos o pressuposto de que – ontologicamente – ideologia e existência social são inseparáveis, pois: “onde se manifeste o ser social há problemas a resolver e respostas que visam sua solução; é precisamente nesse processo que o fenômeno ideológico é gerado e tem seu campo de operações” (VAISMAN, 1996, p. 110). Já na concepção restrita, há a inserção na análise do conflito social integrando a existência humana e a ideologia, com efeito, se manifesta enquanto um instrumento ideal com o qual os homens e as classes passam a resolver esses conflitos, portanto, estamos tratando daquelas

“sociedades divididas em classes sociais antagônicas, que por meio da ideologia conscientizam e enfrentam conflitos derivados de seus interesses contrapostos” (VAISMAN, 1996, p. 11).

A autora possui uma argumentação fundamental em ser levada em consideração quanto à questão da ideologia em *A Ideologia Alemã*. Este livro, comumente, é utilizado por diversos autores para justificar a existência de uma “teoria da ideologia” em Marx ou associar freneticamente ideologia à falsa consciência, tomando como argumentos “sagrados” alguns trechos descontextualizados da obra marxiana. Por isso a leitura de Vaisman é fundamental, pois a autora, a partir de um imenso trabalho de leitura imanente, apreende que nesta obra Marx e Engels estão empenhados na tarefa crítica em denunciar o aspecto especulativo na filosofia dos neohegelianos que apenas consideravam a ideia absoluta e não a realidade material.

Marx, ao empregar aqui o termo “ideologia”, refere precisamente com isso uma propositura filosófica de talhe idealista, ou seja, identifica tanto no idealismo alemão quanto na “ideologia” dos outros povos o princípio ideal enquanto princípio determinante, “idealismo” e “ideologia” são empregados explicitamente como equivalentes, designando procedimentos de caráter especulativo. (VAISMAN, 1996, p. 146)

Percebe-se, então, que o procedimento e especulação ideológica que Marx critica é a compreensão da história enquanto expressão única do pensamento. Em função deste entendimento que afirmam:

Ao contrário da filosofia alemã, que desce do céu para a terra, aqui é da terra que se sobe ao céu. Em outras palavras, não partimos do que os homens dizem, imaginam e representam, tampouco do que eles são nas palavras, no pensamento, na imaginação e na representação dos outros, para depois se chegar aos homens de carne e osso; mas partimos dos homens em sua atividade real, é a partir de seu processo de vida real que representamos também o desenvolvimento dos reflexos e das repercussões ideológicas desse processo vital (MARX e ENGELS, 2002, p. 19).

Os filósofos alemães com os quais Marx e Engels estavam explicitando suas “inversões” não dirigiam suas críticas à realidade existente, pois estavam “presos” ao “mundo meramente ideal” (VAISMAN, 1996). A “inovação” na ontologia marxiana neste aspecto reside na constatação dos homens enquanto produtores dos seus meios de vida e não as ideias, sendo esta compreensão de suma relevância para entender as manifestações humanas – inclusive as próprias ideias – enquanto resultado da atividade dos homens reais. Temos pois, uma inversão ontológica desempenhada pela especulatividade neohegeliana, isto é: uma inversão que “não remete à ideia falsa, mas à falsidade de que as ideias gerem o ser”. Marx percebe no homem um ser prático, da atividade; já a especulatividade tem por base o homem em sua abstração. Com isso, “em realidade, portanto, não se trata de mera identificação entre ideologia e falsidade *tout court*, mas da rejeição dos procedimentos especulativos que operam no âmbito de uma inversão de caráter ontológico” (VAISMAN, 1996, p. 150).

Esta inversão, entretanto, não se opera em meio a determinações ideais, mas encontra respaldo diretamente ao próprio processo de vida real. Não se conforma assim tal inversão numa incursão baseada apenas em mecanismos ideais, exclusiva da subjetividade, mas sim, da objetividade e da maneira como os homens organizam e produzem as condições materiais de sua existência. Temos, portanto, em *A Ideologia Alemã* uma denúncia da filosofia especulativa que parte da abstração, do pensamento, das ideias enquanto categorias fundantes da sociabilidade humana e não dialeticamente articuladas com a materialidade (sendo esta a esfera regente do processo no devir humano) como interpretado pela ontologia marxiana.

Tais elucidações permitem entender que Marx possui uma significação onto-crítica de ideologia (presente na denúncia do caráter especulativo dos filósofos alemães em *A Ideologia Alemã*) e uma significação onto-nominativa que indica a conotação de ideologia “no interior da análise marxiana acerca da determinação social das formações ideais” (VAISMAN, 1996, p. 241) e, em suma:

[...] são duas as acepções do termo ideologia em Marx: a primeira, mais restrita, é onto-crítica, a segunda, mais ampla, é onto-nominativa. São duas acepções diferentes, mas não necessariamente excludentes, e dependendo do emprego pode significar uma ou outra, já que ambas possuem caráter ontológico. A primeira, mais restrita, é empregada por Marx como sinônimo de especulação e como denúncia do defeito muito característico ou predominante na filosofia idealista: a inversão ontológica entre ser e pensar; a segunda é mais ampla e menos explicativa, pois designa o complexo de tudo aquilo que não apresenta vinculação direta com a ordem da produção material propriamente dita. É no interior dessa segunda acepção que, por vezes, Marx emprega o termo no sentido de identificar determinado horizonte social ou ponto de vista de classe. (VAISMAN, 1996, p. 246)

Estas considerações são relevantes inclusive no tocante às outras abordagens que este conceito adquire no interior dos escritos de Marx e Engels ora enquanto denúncia de uma inversão ontológica, ora enquanto expressão da concepção da centralidade da atividade sensível do homem em seu processo dialético entre indivíduo e generidade, numa perspectiva ontológica materialista. Tal concepção de mundo e de ser social é que permite a Lukács afirmar:

Antes de qualquer coisa: enquanto alguma ideia permanecer o produto do pensamento ou a alienação do pensamento de um indivíduo, por mais que seja dotada de valor ou de desvalor, ela não pode ser considerada como ideologia. Nem mesmo uma difusão social relativamente mais ampla tem condições de transformar um complexo de ideias diretamente em ideologia. Para que isso aconteça, é necessária uma função determinada com muita precisão [...] (LUKÁCS, 2012 b, p. 335).

O entendimento amplo de ideologia em Lukács o permite vislumbrar uma análise, até então, em muitos casos, renegada no âmbito do debate marxista: a constatação da ideologia em sua função específica de tornar a práxis humana consciente e capaz de agir. Obviamente o filósofo húngaro não foi levado a cair na armadilha de associar a ideologia à concepção de falsa consciência, mas sim, no tocante à sua função social em meio à regência da materialidade do ser social, pois: “toda ideologia possui o seu ser propriamente-assim social: ela tem sua origem imediata e necessariamente no *hic et nunc* social dos homens que agem socialmente em sociedade” (LUKÁCS, 2012 b, p. 335). A existência da ideologia em meio aos conflitos sociais não nega, contudo, para Lukács, a necessidade de tais conflitos serem travados, em última instância, na sua “forma primordial socioeconômica”. Isso não anula o fato de que os portadores ontológicos de toda atividade social são precisamente os homens.

Em suma: não é o aspecto de falsidade que determina o que é ideologia, mas sim a sua função social em meio a uma existência material de conflitos sociais. Também não pode-se esquecer que: “a arma da crítica não pode, é claro, substituir a crítica da arma, o poder material tem de ser derrubado pelo poder material, mas a teoria também se torna força material quando se apodera das massas” (MARX, 2010, p.151). Nesta passagem há a constatação de que uma ideologia não se combate apenas no plano das ideias, mas na interação ontológica entre subjetividade e objetividade, todavia, ao mesmo tempo, Marx delinea que a teoria também pode se tornar uma força material em alusão à concepção ampla e onto-nominativa de ideologia. Esses dois entendimentos não se excluem, ao contrário, se articulam reciprocamente, reafirmando a premissa materialista ao entender que: “A consciência nunca pode ser mais que o ser consciente; e o ser dos homens é o seu processo de vida real” (MARX e ENGELS, 2002, p. 19).

Lessa (2012) nos explica que para Lukács a contraposição rígida entre ciência e ideologia, com intuito de “neutralizar” a ciência dos efeitos dos conflitos sociais exhibe, em última instância uma “proximidade inegável” com o positivismo e que “Lukács rompe frontalmente com esta concepção. Partindo do famoso Prefácio de 1857, de Marx, argumenta que a ideologia é uma função social” (LESSA, 2012, p. 31). É neste sentido que uma ideia científica pode ou não desempenhar um papel ideológico, pois dependerá da função social que irá adquirir. A ideologia, desta forma, se localiza no âmbito das posições teleológicas secundárias, isto é: naquelas que estabelecem relação dos homens entre si, ao

contrário das posições teleológicas primárias que estão voltadas à transformação da natureza (LESSA, 2012).

Ou seja, para Lukács, a ideologia é uma forma específica de resposta às demandas e aos dilemas colocados pelo desenvolvimento da sociabilidade. A complexificação das relações sociais, com a correspondente necessidade de complexificação das posições teleológicas operadas pelos indivíduos, tem duas conseqüências que são significativas para o estudo da ideologia. Em primeiro lugar, dão origem a complexos sociais específicos que têm a função de regular a práxis social de modo a tornar possível ("operativa") a reprodução da sociedade. Pensemos, como exemplo, no direito. A complexificação social e o surgimento das classes terminam por dar origem a um complexo social particular com uma função específica: regular juridicamente os conflitos sociais tornados antagônicos. A partir de um determinado estágio de desenvolvimento social, a reprodução social é impossível sem a regulamentação da práxis coletiva pelo direito. (LESSA, 2012, p.33, grifos nossos)

Com as sociedades de classe, ainda de acordo com Lessa seguindo as pistas de Lukács, a luta de classes também faz com que a ideologia torne "operativa a práxis cotidiana" e, também, no intuito de "atender aos interesses de classes". Os conflitos sociais existentes passam, deste modo, a permear a ideologia que, por sua vez, "é decidida, em última instância, no momento em que uma sociedade se nega a objetivar determinados valores e ideações em favor de outros valores e finalidades" (LESSA, 2012, p. 34).

Com o desenvolvimento da sociabilidade e a complexificação da práxis social, explicita-se com força crescente a necessidade de um conjunto de idéias, valores, etc. mais gerais acerca do mundo e da vida, que organize e confira uma lógica, uma direção aos atos dos indivíduos no interior de cada sociedade. As idéias que, a cada momento histórico, cumprem essa função recebem de Lukács a denominação de ideologia. **Com o surgimento das classes sociais, a ideologia passa a exercer, também — sem prejuízo da função anterior — uma função mais restrita, de instrumento na luta pelo poder entre os diferentes grupos sociais. A ideologia, tanto na sua concepção mais ampla quanto na mais restrita, portanto, é uma função social específica, e não um conjunto de ideações que se caracterizam por ser mais ou menos verdadeiras.** (LESSA, 2012, p.36, grifos nossos)

Mészáros (2008), a respeito da relação entre conflitos e ideologia, esclarece que a posição das ideologias é "decididamente assimétrica", pois enquanto as "ideologias críticas" intentam a negação da ordem existente e não podem "mistificar seus adversários", também não possuem nada a oferecer, sendo, o "poder de mistificação sobre o adversário" um "privilegio exclusivo da ideologia dominante" (MÉSZÁROS, 2008, p. 08). Essa constatação, na esteira de Lukács e Marx, é importante já que só é possível de ser constatada a partir do relacionamento dialético entre existência material e o momento da subjetividade, sem o qual não seria possível concluir a assimetria entre as ideologias apenas se pautando — por exemplo — numa postura gnosiológica e assim:

A ideologia, como forma específica de consciência social, é inseparável das sociedades de classe. Ela se constitui como consciência prática inescapável de tais sociedades, vinculada à articulação dos conjuntos de valores e estratégias rivais que visam ao controle do metabolismo social sob todos os seus principais aspectos. Os interesses sociais, que se revelam ao longo da história e que se entrelaçam de modo conflitante, encontram suas manifestações no plano da consciência social na grande diversidade do discurso ideológico, relativamente autônomo (mas, de forma nenhuma, independente), com seu impacto poderoso mesmo sobre os processos materiais mais tangíveis do metabolismo social. (MÉSZÁROS, 2008, p. 09, grifos nossos)

Mészáros (2012) possui uma perspectiva que considera a dimensão material e conflitiva da ideologia e com a qual coadunamos:

[...] A verdade é que em nossas sociedades tudo está "impregnado de ideologia", quer a percebamos, quer não. Além disso, em nossa cultura liberal-conservadora o sistema ideológico socialmente estabelecido e dominante funciona de modo a apresentar — ou desvirtuar — suas próprias regras de seletividade, preconceito, discriminação e até distorção sistemática como "normalidade", "objetividade" e "imparcialidade científica". (MÉSZÁROS, 2012, p. 57, grifo nosso.)

Assim, o pensamento de Mészáros nos ajuda a entender que numa sociedade marcada sob a divisão social do trabalho e sob o imperativo estrutural e estruturante do capitalismo sempre haverá conflitos materiais e de ideias, portanto, estaremos “impregnados de ideologia”. Por isso, para este autor a ideologia não pode ser confundida com superstição religiosa ou mal orientação dos indivíduos, mas sim, uma forma específica de consciência que encontra suporte e base nas condições materiais. Assim sendo, é impossível argumentar no “fim das ideologias” e esta posição em si, é para o autor, uma ideologia característica.

Como condição necessária ao entendimento da natureza da ideologia é preciso que:

- (1) Reconheçamos sua persistência em diversas formações sociais que se sucedem e demonstremos a continuidade paradoxal da reprodução ideológica ao longo dos milênios, sem perspectiva, por ora, de chegar a um fim;
- (2) Realcemos os parâmetros socioeconômicos concretos, através dos quais se podem conceituar a emergência histórica e o funcionamento contínuo – bem como a supressão potencial – da ideologia;
- (3) Tenhamos sempre em mente o modo de operação do discurso ideológico e as formas institucionais/instrumentais exigidas para tornar exequível o seu impacto;
- (4) Identifiquemos o tipo de racionalidade operante na ideologia, de modo a, por um lado, resolver as dicotomias apriorísticas “racionalidade versus irracionalidade” e “ciência versus ideologia” e, por outro lado, explicar tanto as potencialidades quanto as limitações das formas ideológicas de consciência social. (MÉSZÁROS, 2008, p. 08-09)

A síntese operada por Mészáros é fundamental em ser debatida – na esteira de Marx e Lukács – no que concerne à perspectiva ontológica e à perspectiva restrita, ou seja, prática da ideologia. O autor não abandona o caráter ontológico inerente ao “poder da ideologia”, todavia, o desenvolvem em articulação dialética e intrínseca às condições materiais nas quais as classes sociais entram em conflito. Isto é o que confere a sua permanência “em diversas formações sociais” e permite articulá-la aos “parâmetros socioeconômicos concretos” e, com isso, avança para além das “dicotomias apriorísticas de racionalidade versus irracionalidade”.

Considerações Finais: “Ideologia é sempre falsa consciência?”

Assim como a Esfinge desafiou Édipo com a ameaçadora provocação: “Decifra-me ou te devoro!” o processo ideológico têm desafiado os seres humanos por toda a história. No campo marxista, por exemplo, essa é uma questão polêmica que em suas várias nuances e abordagens faz com que muitos pesquisadores e/ou militantes de movimentos sociais se tornem vorazes rivais quanto à multiplicidade de significados e desdobramentos que esta questão coloca. O entendimento tanto da concepção ampla quanto da concepção restrita de ideologia é possível de aprofundamento com as contribuições luckasianas e também a partir das análises que têm sido elaboradas por Mészáros, inclusive, quando alerta que “o que determina a natureza da ideologia, acima de qualquer consideração, é o imperativo de se tornar consciente em termos práticos do conflito social fundamental” e isso, por sua vez, tendo por base “pontos de vista mutuamente excludentes das alternativas hegemônicas que se defrontam em determinada ordem social – com o propósito de resolvê-lo através da luta” (MÉSZÁROS, 2008, p. 10).

No tocante à nossa formação intelectual este é um esforço de autocrítica, pois inicialmente estávamos “presos” à perspectiva gnosiológica de ideologia entendendo-a apenas e tão somente em seu aspecto pejorativo como presente nas análises de Chauí (1980) e Lowy (1991) que apreendem de Marx o sentido negativo deste conceito e não explicitam as nuances que este adquiriu em toda obra do pensador alemão. Contudo, a perspectiva ontológica abre os horizontes de análises e, nesse tocante, autores como I. Tonet, S. Lessa, G. Lukács, E. Vaisman, G. Oldrini e tantos outros são fundamentais para apreender não apenas no que concerne propriamente ao conceito de ideologia, mas também a respeito da discussão de

trabalho, indivíduo e sociedade, alienação, educação... Enfim quando se assume e se vislumbra a realidade sob a ontologia marxiana as potencialidades analíticas e de transformação são enormes frentes aos desafios “explosivos” em meio à crise estrutural do capital em que vivemos (Mészáros).

Referências Bibliográficas:

- CHAUÍ, Marilena. **O que é Ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- IASI, M. L. **Ensaio sobre a consciência e emancipação**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- LESSA, S. **Para compreender a Ontologia de Lukács**. 3. ed. Editora Unijui, 2012.
- LOWY, Michel. **Ideologias e Ciência Social – Elementos para uma análise marxista**. 7ª ed. São Paulo, 1991.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- MÉSZÁROS, I. **Filosofia, Ideologia e Ciência Social: ensaios de afirmação e negação**. São Paulo: Boitempo, 2008.
- MÉSZÁROS, I. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- TONET, I. **Método Científico – Uma abordagem ontológica**. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.
- VAISMAN, E. **A determinação marxiana da ideologia**. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, 251p. 1996.
-

Notas:

- ¹ Licenciado e Mestre em Geografia pela UNESP/FCT de Presidente Prudente – SP. Doutor em Educação pela mesma instituição. Docente do curso de Licenciatura em Educação do Campo, do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e do Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais na UFMS em Campo Grande – MS. E-mail: rafaelrossi6789@hotmail.com